

Intervir nas margens do urbano, o papel da academia

Isabel Raposo^a

Resumo

As margens do urbano, habitacionais, semi-urbanizadas e, amiúde, autoproduzidas, em expansão acelerada a nível mundial, expressam relações de força desiguais ao nível da produção do espaço e são palco de lutas pelo direito à cidade. Nas últimas três décadas de hegemonia neoliberal, a arquitetura do estrelato e o urbanismo competitivo dominaram estas disciplinas. Neste milénio, reemergem programas, práticas profissionais e formas de ensino alternativas, baseadas em leituras críticas dos processos em curso e em abordagens mais criativas, colaborativas e/ou sustentáveis, em prole de uma cidade mais inclusiva e justa. Inspirado na ‘produção do espaço’ de Lefebvre (1974), este texto contextualiza os contornos de uma didática alternativa a partir de uma perspetiva histórica e crítica.

Palavras-Chave

Margens do urbano, Produção do espaço, Alternativas de intervenção local, Papel da academia.

Abstract

The margins of the urban, housing, semi-urbanized and, often, self-produced, in accelerated expansion worldwide, express unequal power relations at the spatial production level and they are scene of struggles inscribe in the right to the city. In the last three decades of neoliberal hegemony, the architectural star system and the competitive urbanism dominated these disciplines. In this millennium, alternative programs, professional practices and forms of teaching reemerged, based on critical reading of ongoing processes and on more creative, collaborative and sustainable approaches, in the offspring of a more inclusive and just city. Inspired by Lefebvre’s (1974) ‘production of space’, this text contextualizes the contours of an alternative teaching from a historical and critical perspective.

Keywords

Margins of the urban, Space production, Local intervention alternatives, Role of the academia.

Introdução

Para refletir sobre o papel da academia, no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, em torno da conceção de intervenções, nas margens do urbano, alternativas ao sistema hegemónico, parto de duas constatações, uma mais empírica e outra mais teórica. Em primeiro lugar, refiro-me à explosão urbana a nível mundial, que emerge no dealbar do século XIX e acelera, desde a década de 1960, associada a um crescimento exponencial dos subúrbios habitacionais não ou semi-urbanizados e maioritariamente auto ou co-produzidos¹, predominantes nos países do Sul, mas que voltam a marcar as cidades do Norte. Em segundo lugar, tendo subjacente o entendimento do ‘espaço (social) como um produto (social)’, na linha de Lefebvre (1974, p.35), e sendo os arquitetos-urbanistas profissionais

ligados à conceção do espaço, considera-se que este ‘espaço concebido’, ou a ‘representação do espaço’ destes técnicos (*id.*, p. 42-48), traduz as relações de força desiguais inerentes à produção da cidade capitalista: a hegemonia das classes dominantes e as resistências sociais, passivas ou ativas. Esta contradição manifesta-se desde a génese da cidade capitalista.

Nas últimas três décadas de hegemonia neoliberal e globalização financeira, a arquitetura de estrelato e o urbanismo competitivo têm dominado a prática e o ensino destas disciplinas, mas, ao mesmo tempo, (re)emergem, com intensidades diferentes segundo os contextos, programas e projetos, práticas profissionais e formas de ensino alternativas. A academia, ao nível da arquitetura e do urbanismo, tem um papel chave no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica dos processos e projetos em curso, no ensaio de

^a Arquiteta e doutora em Urbanismo pela Universidade de Paris XII, Professora Associada na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), investigadora do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da FAUL e coordenadora do Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL).

¹ A noção de espaço (sub)urbano auto ou co-produzido tem vindo a ser utilizada desde 2012 nos debates e pesquisas do GESTUAL, em que preferimos a referência ao processo de produção destes espaços em vez do foco no que estes lugares não têm, como nas noções de informal ou ilegal (ver, nomeadamente, Raposo, 2016)

abordagens mais criativas, colaborativas e sustentáveis que contribuam para a construção de uma outra cidade mais democrática, inclusiva e menos desigual, bem como para a divulgação desses ensaios com vista a discuti-los, criticá-los, reforçá-los e replicá-los. Neste sentido, este texto visa contribuir para uma reflexão crítica e contextualizada sobre as intervenções alternativas nas margens do urbano, aprendendo com o passado para delinear premissas de práticas e de aprendizagens mais transformadoras no presente. Tomo como referência o argumento de Lefebvre (197, p. 481-482) de que a produção de ‘outro espaço’ supõe uma ‘sociedade outra’, um outro modo de produção, e requer a conceção de um ‘contra-projeto’ ou ‘contra-plano’, resultante da “intervenção ativa e massiva dos ‘interessados’”. Esta “capacidade de elaborar contra-projetos, de os discutir com as ‘autoridades’ e de as obrigar a tê-los em conta, torna-se a medida da democracia ‘real’”, condição para a criação ou produção de um “espaço planetário como suporte social de uma vida quotidiana metamorfoseada, aberta a possibilidades múltiplas” (*id.*, p.485). Esta é, para Lefebvre, a aceção última de ‘produção do espaço’ e o que a distingue do modo de produção das coisas no espaço promovido pelo capitalismo.

Organizei o texto em quatro pontos. No primeiro, revisito o impacte da explosão urbana, traça da ‘prática espacial’² da sociedade capitalista, no crescimento das margens do urbano. No segundo, parto da noção de Lefebvre (1974) de ‘contra-projeto’ ou ‘contra-plano’ na construção de um ‘outro espaço’, ou ‘outra cidade’, para esboçar uma visão crítica diacrónica de ensaios alternativos, desde o século XIX até à década de 1970. No terceiro ponto, contextualizo as mudanças geradas com a nova ordem neoliberal e as práticas alternativas e de resistência que provoca. No quarto ponto, reflito sobre os contornos de uma didática alternativa, a partir de uma perspetiva histórica e crítica.

1. Explosão das margens do urbano

Com a explosão demográfica que eclodiu com a revolução industrial assistiu-se, em dois séculos, entre 1804 e 2004, ao crescimento da população mundial em cerca de 6,5 vezes³ e da taxa de urbanização em cerca de 5,3, resultando num aumento de trinta e cinco vezes da população urbana: esta passou de cerca de 90 milhões de pessoas, em 1804, para cerca de 3.127 milhões, em 2004, e, desde então, já aumentou quase um bilião⁴. Este aumento exponencial da população urbana, que se traduz na explosão e concentração urbana, acentuou-se desde meados do século passado, com a aceleração da urbanização dos ditos países em desenvolvimento.

De acordo com estimativas das Nações Unidas, entre 1950 e 2014, enquanto nas ‘regiões mais desenvolvidas’ a população urbana pouco mais que duplicou, passando de 420 para 980 milhões de habitantes, nas ‘regiões menos desenvolvidas’ a população urbana mais que nonuplicou, passando de cerca de 310 para 2.899 milhões⁵. A explosão urbana em países de economias pobres ou emergentes, de industrialização tardia e pouco industrializados, traduziu-se no crescimento exponencial de áreas não ou semi-urbanizadas, maioritariamente auto ou co-produzidas, que se estendem nas margens, geográficas ou sociais, do urbano. Sem habitação condigna, com falta de água potável e de saneamento, sem alimentação, saúde e educação suficientes, estas áreas são marcadas por uma forte insegurança fundiária e uma grande concentração de pobreza e de riscos ambientais.

Atualmente, quase um bilião de pessoas em todo o mundo (Un-Habitat, 2016, p.2)⁶ – o total de habitantes do planeta no dealbar do século XIX! – vive nestas margens do urbano, não ou semi-urbanizadas, concentradas sobretudo nos ditos países em desenvolvimento⁷, geralmente apelidadas pelas suas faltas – clandestinas, in-

² A “prática espacial” de uma sociedade, ou seja, o espaço que esta lentamente produz, ou o seu “espaço vivido”, constitui um dos termos da triplicidade espacial de Lefebvre (1974, p.42-48). Os outros dois termos propostos pelo autor para um conhecimento crítico do espaço são: a “representação do espaço” ou o “espaço concebido” por arquitetos e urbanistas; e o “espaço de representação” ou “espaço percebido” pelos habitantes e utentes.

³ A população mundial passou de um bilião de pessoas em 1804 para cerca de 6,5 biliões em 2004, tendo desde então aumentado mais um bilião, sendo hoje, no final de 2017, 7,5 biliões. Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/world-population-by-year/> (consultado em Dezembro de 2017).

⁴ A taxa de urbanização passou de 9% em 1804 (Bairoch, 1985) para 48% em 2004 e, atualmente, já está em 54%, com um total de cerca de 4.110 milhões de urbanos em 2017 (Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/world-population-by-year/> (consultado em Dezembro de 2017).

⁵ Ver: United Nations. Population Division. World Urbanization Prospects: The 2005 revision and The 2014 revision (United Population of Urban and Rural Areas at Mid-Year (thousands) and Percentage urban). Disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/WUP2005/2005WUP_FS5.pdf; https://esa.un.org/unpd/wup/CD-ROM/WUP2014-F01-Total_Urban_Rural.xls (consultado em Dezembro de 2017).

⁶ De acordo com o *The Millennium Development Goals Report* (MDGR) das Nações Unidas (2015), em 2000, 792 milhões de pessoas residiam em *slums*, sendo 880 milhões em 2015. Todavia, como o cálculo do MDGR apenas considera, na generalidade dos países, quatro dos cinco indicadores de *slums* e, em alguns, com mais limitada informação disponível, apenas um dos indicadores, no *Slum Almanac 2015/2016*, a UN-Habitat (2016: 2 e nota 1) aponta para cerca de 1 bilião.

⁷ Mais precisamente, considerando que 12,2% da população mundial vive em *slums*, são cerca de 915 milhões de habitantes no total do planeta, dos quais, pelo menos 881.080 mil, vivem em países em desenvolvimento (UN-Habitat 2016: nota 1). Olhando para os países menos desenvolvidos (de acordo com a classificação das Nações Unidas), em 2004, a percentagem da população a viver em *slums* era muito superior, 63%, ultrapassando, nalguns países mais pobres, os 85%, como é o caso da República Centro Africana (com 93%), de São Tomé e Príncipe (87%), do Sul do Sudão (96%) e do Sudão (com 92%). In: <https://data.worldbank.org/indicator/EN.POPSLUM.UR.ZS> (consultado em Dezembro de 2017).

formais ou ilegais, *slums*, *bidonville* (em língua inglesa e francesa) ou bairros precários (hoje em Portugal). No início do novo milénio, no quadro do 7º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio, que visava assegurar a sustentabilidade ambiental, as Nações Unidas traçaram como uma das metas a melhoria das condições de vida de 100 milhões de habitantes de *slums* até 2020. No balanço que fazem em 2015, avaliam positivamente as medidas tomadas, que, de acordo com os seus dados, beneficiaram cerca de 320 milhões de pessoas – através do acesso a água potável, a saneamento melhorado e a habitação condigna – e permitiram diminuir (de 39,4% para 29,7%) a percentagem da população urbana a viver em *slums* (*id.*, p.60-61). Todavia, reconhecem que “o trabalho não está completo” (*id.*, p.4), já que, com o rápido crescimento da população urbana, no contexto de neoliberalismo globalizado, é a população de *slums* que continua a aumentar de forma mais acelerada.

Este crescimento das margens do urbano persiste, em menores taxas e em menor número, nos países semiperiféricos, como Portugal, e reemerge nas cidades mais ricas dos países centrais, com o acentuar da especulação imobiliária, do número de despejos e da desigualdade social, ou com o aumento do número de refugiados. É o que dá conta, por exemplo, o novo número de 2017 da revista *Urbanisme*, com um dossier sobre a *Actualité du bidonville*, que foca o seu ressurgimento na Europa, a tendência dominante para a sua erradicação e, ao mesmo tempo, o investimento emergente na valorização patrimonial e da memória de antigos *bidonvilles* (Deboulet, 2017, p.24-25).

A cidade capitalista, que emerge com a revolução industrial e se metamorfoseia ao ritmo da transformação económica, e as suas extensas margens deixam uma profusão de problemas para resolver, ao nível político e socioeconómico, urbano, habitacional e ambiental. Para alguns analistas, esta elevada concentração urbana não constitui um problema irresolúvel, como deixa transparecer o título da conferência para a qual este texto foi esboçado “*Cities are problem makers but they are also problem solvers*”⁸. Parto aqui da perspetiva crítica de que esta urbanização concentrada, acelerada e ilimitada que se estende à escala mundial sob pressão do mercado global, constitui uma das características estruturantes da ‘prática espacial’

da sociedade capitalista, em busca da expansão constante da produção e do consumo. Este sistema apodera-se do solo e da produção do espaço como mercadorias para a produção de mais-valias (Lefebvre, 1974, p.387, 400). Tendo como premissa fundamental a acumulação através da obtenção de lucro, concentrada atualmente em cada vez menos mãos, o sistema tem-se mostrado incapaz de resolver a pobreza que gera, ou seja, como refere o mesmo autor (*id.*, p.482), o sistema soluciona alguns problemas, mas não consegue resolver as contradições do espaço que produz. Nesta perspetiva crítica, as margens do urbano, enquanto lugares de concentração de pobreza, são, como sublinhavam os autores de *The challenge of slums* (UN-Habitat, 2003, p.6), consequência direta das políticas neoliberais.

Múltiplas respostas têm sido delineadas, desde a génese do sistema capitalista, para a diminuição dos problemas urbanos e para o funcionamento da urbe. Já no século XIX, a urbanística começou a preocupar-se com o acesso de todos aos “benefícios potenciais da revolução industrial” e com a “construção de uma comunidade democrática” (Benévolo, 1979, p.52-55). Desde então, têm-se ensaiado caminhos alternativos ao sistema dominante. O ponto que segue convoca alguns desses ensaios neste esboço reflexivo sobre o papel do arquiteto-urbanista e da academia na emancipação do presente.

2. Outra cidade é possível? Estímulos históricos ao pensamento alternativo

Pensadores críticos da sociedade e da cidade industrial capitalista, visionários de um outro urbanismo, emergiram desde o século XIX: Sant Simon, Owen, Fourier ou Godin, desenharam modelos alternativos para a melhoria das condições de vida de todos, embora as suas visões não se ancorassem na ação social. Para Marx e Engels (1973/1848, p.75, 121, 137-139), estas experiências de utopia social, desligadas das condições históricas da emancipação do proletariado, estavam por isso destinadas ao fracasso. Na visão destes dois autores, só a mudança do modo de produção, por uma associação universal do movimento proletário e através de uma revolução, podia conduzir à melhoria das condições de vida e alojamento da maioria. Para Lefebvre (1974,

⁸ Este texto desenvolve a comunicação “*Another city is possible? The role of the academy*”, apresentada na conferência *Cities as problem-makers and problem-solvers*, organizada pela Ordem dos Arquitetos e pelo *Architects’ Council of Europe*, no quadro da Trienal de Arquitetura de Lisboa, em Lisboa, a 16 de Novembro de 2016.

⁹ Esta noção “outra cidade é possível”, inspirada em Lefebvre (1974, p.441), tem sido apropriada recentemente por vários autores. É o caso de Rolnik, num artigo com esse título em que se refere à mobilização da sociedade civil no Recife contra um megaempreendimento imobiliário. Ver <https://www.archdaily.com.br/622192/uma-outra-cidade-e-possivel-raquel-rolnik> (consultado em Dezembro de 2017). E é o caso de Cabannes, em várias conferências com esse título e num livro de 2017: *Another city is Possible. Alternatives to the city as commodity: Participatory Budgeting*. Ver <https://www.bertrand.pt/livro/another-city-is-possible-yves-cabannes/20894544> (consultado em Dezembro de 2017).

p.485), pensadores da utopia como Fourier, ou como Marx e Engels “não foram ‘utopistas’ pois mostravam os possíveis” e, se os seus conceitos não foram então apropriados pelo pensamento hegemónico, “estimulam [ainda hoje] o pensamento teórico” e a praxis. Inspirado na dialética marxista, Lefebvre (*id.*, p.471-472) atribuiu um novo papel ao espaço, como instrumento ou meio da transformação social, argumentando que a produção de um ‘outro espaço’ pode gerar as condições para acabar com o dogmatismo do crescimento (quantitativo), da propriedade privada e do valor de troca, diretrizes do capitalismo, e fazer prevalecer a apropriação e o valor de uso.

Outro autor que estimula o pensamento alternativo é Howard (1969/1898), com a sua ‘Cidade Jardim’, onde se inscrevem duas noções que, como afirmamos em Raposo, Crespo e Lages (2017), mantêm toda a atualidade. Para além da noção de integração dos benefícios do mundo rural e urbano, apropriada pelo pensamento hegemónico, importa destacar a noção transformadora de ‘propriedade inalienável’, controlada pela municipalidade¹⁰, visando ao mesmo tempo impedir o crescimento urbano ilimitado e a especulação fundiária, duas marcas centrais da prática espacial do capitalismo. Howard (1969/1898, p.102) explicita claramente que:

“Os terrenos que envolvem a ‘Cidade-Jardim’ não estão na mão de privados: estão nas mãos do povo e devem ser administrados não para servir os supostos interesses de uma minoria, mas segundo os verdadeiros interesses de toda a comunidade.”¹¹

Esta proposta constitui um dos pilares da produção de um ‘outro espaço’ de Lefebvre (1974, p.484):

“Uma transformação da sociedade supõe a posse e a gestão coletiva do espaço, através da intervenção perpétua dos “interessados”, com os seus múltiplos interesses, diversos e mesmo contraditórios”.

A ideia de uma posse comunitária da terra, não passível de ser vendida, foi retomada no século XX na noção emancipatória de *Community Land Trust* (Ross e Cabannes, 2014, p.52-54), implementada nos Estados Unidos¹², no Canadá, em Inglaterra e em outros países, em pequenas comunidades rurais e, desde a década de 1980, também urbanas, como forma de luta contra a

gentrificação e os despejos. Estas e outras experiências de propriedade comum inspiram novas abordagens, que privilegiam o direito à habitação, ao lugar e à cidade, em vez do direito de propriedade, princípio estruturante do modo de produção capitalista.

A visão utópica de Howard, implementada em Letchworth que ainda hoje subsiste, não respondia aos desígnios da sociedade capitalista do final do século XIX. O que então prevalecia, e se prolongou pelo início do século XX, foi o traçado urbano ordenador da cidade burguesa de Haussmann, em Paris, de Cerdá, em Barcelona, ou de Ressano Garcia, em Lisboa. Em contrapartida, expandiu-se rapidamente a nível mundial a visão higienista, racionalista, funcionalista e prescritiva, traçada três décadas depois de Howard, na Carta de Atenas de 1933, pelos arquitetos modernos e pela mão de Le Corbusier (1957), objetivando um bom funcionamento da sociedade e da cidade industrial capitalista. Este modelo normativo instilou-se nas racionalidades tecnicistas, profissionais e académicas, da reconstrução do Pós-Segunda Guerra, e persistiu até hoje, como uma ferramenta ao serviço da compacta e extensa cidade capitalista.

Este paradigma urbano suscitou, todavia, fortes críticas que se manifestaram desde o 9º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1953 (Bonillo *et al.*, 2006). As décadas de 1960 a 1980 foram prolíferas na busca de um pensamento alternativo sobre o urbano, destacando-se Lefebvre (1974), e sobre como intervir na cidade e nas suas margens. Entre as noções que emergem neste período, sublinho a de participação popular ao nível do habitat, incorporada por Hassan Fathy desde 1945 na construção do seu novo Gourná, no Egipto, e adotada a nível mundial na primeira conferência sobre o Habitat, organizada em 1976 pelas Nações Unidas. Neste encontro, Fathy defendeu também a figura do ‘arquiteto de pé-descalço’ (Granotier, 1980, p.266), cujo perfil profissional foi sancionado e definido no Congresso da União Internacional dos Arquitetos, em 1978, no México.

Ainda na Conferência do Habitat I, traça-se como um dos principais objetivos a melhoria rápida da qualidade de vida de todos e assume-se, como principal estratégia para o combate à pobreza urbana, a autoconstrução assistida. John Turner era já seu grande defensor, a partir do trabalho que desenvolvera nos *barrios* pobres do Perú, nas décadas de 1950 e 1960, em que se apercebeu das capacidades e recursos dos seus habitantes e apelou ao seu reconhecimento e regularização.

¹⁰ Como sublinhou Lewis Mumford no prefácio escrito em 1945 à reedição em 1946 do livro de Howard (1969, p. xli-xliii).

¹¹ Tradução pela autora da edição francesa (Howard, 1969/1898).

¹² Ver <http://cltnetwork.org/topics/community-land-trusts/> (consultado em Dezembro de 2017)

A violência dos processos de erradicação dos bairros precários suscitou desde a década de 1970 várias críticas, passando-se a defender outras formas de intervenção. Foi o caso das malhas infraestruturadas (*sites and services*), em zonas de expansão urbana, implementadas pelo Banco Mundial desde 1972, hoje raras, que melhoravam o acesso aos serviços urbanos básicos, mas mantinham o paradigma da cidade extensiva e da periferização dos pobres. Em contrapartida, a reabilitação urbana de bairros existentes começou a ser defendida desde a década de 1970, em vez da sua *tábula* rasa e do despejo dos seus habitantes, persistindo até hoje. Deu origem a ensaios inovadores, de outra arquitetura e de outro urbanismo, laboratórios de democracia participativa, favorecendo o direito ao lugar e a uma ‘centralidade renovada’ (Lefebvre, 1968), o acesso a melhores infraestruturas e serviços urbanos e a diminuição do estigma socioespacial. Em geral, todavia, a sua escala pontual e a falta de continuidade do apoio exterior reduzem o seu impacto e não se logra reverter a dualidade urbana. Um exemplo mais recente de referência mundial é o Programa Favela Bairro, implementado no Rio de Janeiro a partir de 1995, extinto em 2010, mas retomado em 2017. A reabilitação *in situ* é hoje o paradigma defendido pelas agências internacionais, discutido nas conferências preparatórias do Habitat III (especificamente na de Pretória, realizada em 2016, sobre os ‘bairros informais’), mas sofre a resistência de muitos governos e das classes dominantes e a concorrência dos promotores imobiliários, que apostam no despejo ou realojamento e na periferização das populações de menores recursos (Deboulet, 2016, p.22). A regularização fundiária é outra das formas de intervenção nas margens do urbano que visa o reconhecimento e a integração urbana dos bairros, assumindo características distintas e resultados variáveis segundo países e contextos e não conduzindo necessariamente à melhoria das condições de vida dos habitantes (Fernandes, 2011).

Outros autores visam uma intervenção nas causas demográficas e económicas da explosão dos *shums*. É o caso de Granotier (1980, p.364-369), quando defendia em 1980, para os países em desenvolvimento: (1) a nível nacional, por um lado, o reforço do ordenamento territorial e do investimento em meio rural como forma de controlar o êxodo rural e, por outro, o aumento do orçamento público no habitat urbano; e (2) a nível internacional, o reforço das transferências de recursos dos países industriais para o ‘Terceiro Mundo’, como forma de assegurar a reabili-

tação dos ‘estabelecimentos humanos’¹³ destes países. Uma visão economicista estava, todavia, subjacente à sua abordagem, quando justificava que a redistribuição da riqueza a nível mundial permitiria estimular a procura dos consumidores dos países pobres e, dessa forma, beneficiar as exportações das indústrias dos países ricos.

Uma importância crescente tem sido dada, por vários autores, ao papel dos movimentos sociais e urbanos que emergiram em todo o mundo, desde o final da década de 1960, contra a mercantilização da cidade e a renovação e gentrificação de áreas centrais, reivindicando o direito à habitação e, mais recentemente, à cidade. Jane Jacobs (1961) foi uma voz decisiva na resistência contra a modernização urbana e o planeamento tecnocrático e autoritário, em meados do século passado, em Nova Iorque e em Toronto. No final da década de 1960, Henri Lefebvre (1968) publicou o seu manifesto sobre o Direito à Cidade, pouco antes de despoletarem em Nanterre os movimentos estudantis de Maio de 1968, que se estenderam a outros setores e cidades. Na década de 1960, estes ‘movimentos sociais urbanos’ (Castells, 1973), que eclodem a nível internacional, em torno da questão urbana, exerceram grande pressão sobre os Estados e a economia.

3. Uma nova ordem neoliberal: os movimentos e os ensaios de ‘contra-projetos’

Com a crise do petróleo em 1973 e a progressiva afirmação de uma nova ordem neoliberal global, os movimentos sociais perdem força e, no campo disciplinar da arquitetura, o *star system* ganha hegemonia, tal como a abordagem *glamour* de um urbanismo competitivo. A situação acentua-se na década de 1990 e estende-se pelo novo milénio, com a crescente globalização do capitalismo financeiro neoliberal e a complexidade dos fenómenos sociais e urbanos. Multiplicam-se os processos de renovação e gentrificação das áreas centrais, aumenta a desigualdade socioespacial, bem como a exclusão e a periferização dos mais pobres. Simultaneamente, os movimentos sociais urbanos e as organizações da sociedade civil voltam a ganhar expressão política e incrementam o diálogo entre si e com os governos e organizações internacionais. A noção do Direito à Cidade volta a ser reclamada desde o dealbar do milénio, tornando-se um pilar fundamental da Nova Agenda Urbana do Habitat III, de 2016. No novo milénio, ressurgem práticas, programas

¹³ Noção difundida na Conferência de Vancouver sobre o Habitat I, no documento de apoio do arquiteto grego Konstantinos Doxiadis, que lança as bases de uma ‘ciência dos estabelecimentos’, a ‘ekística’ (Granotier, 1980, p.366).

e projetos alternativos, sustentáveis, de pequena escala, assentes em abordagens colaborativas e ativistas.

O colapso financeiro de 2007-2008 desvenda as ‘sombras’ que sustentam este sistema, bem explicadas por Louçã e Ash (2017), e agudiza as contradições da urbanização planetária, ao serviço dos grandes interesses financeiros, em detrimento dos interesses das comunidades locais e dos equilíbrios ambientais, como testemunha Rolnik (2017). O que se segue a esta crise deixa grandes interrogações: “Uma longa depressão, uma estagnação secular, novos colapsos financeiros? Justiça ou desigualdade?” (Louçã e Ash, 2017). Para Wallerstein (2010), estamos numa longa “crise estrutural do sistema capitalista mundial”, em que se extremam duas posições políticas antagónicas. Do seu confronto, emergirá uma nova ordem mundial, cuja configuração dependerá, para o autor, da relação de forças em presença: mais autoritária, hierárquica e polarizada socialmente; ou, pelo contrário, mais democrática e mais justa. É isto que reclamam múltiplos movimentos e manifestações em todo o mundo, contra o poder do capital. Harvey, referindo-se à luta contra Wall Street, sublinha a sua natureza ao mesmo tempo global e local, que se articula com as lutas nos vários cantos do mundo contra a repressão do sistema, como a dos agitadores da praça Tahrir ou a dos indignados espanhóis, concluindo que: “não temos outra opção senão lutar pelo direito coletivo [à] construção de uma alternativa” (Harvey, 2012, p.235-236).

Como argumentei em texto anterior (Raposo, 2016), esta dualidade e este confronto têm clara expressão espacial: por um lado, uma arquitetura de espetáculo e de megaprojetos e um urbanismo que aposta nas grandes infraestruturas, na competitividade, no crescimento económico e no lucro, acentuando a gentrificação, a desigualdade, a fragmentação e a periferização e que se afirma como a prática espacial neoliberal; por outro, uma arquitetura sustentável e um urbanismo colaborativo e de proximidade, que privilegia a coesão socio-territorial, o desenvolvimento social e o empoderamento, promovendo a interação e a inclusão, e constituem a expressão espacial das diversas posições de resistência à violência da ordem neoliberal e da luta social por uma outra cidade.

São múltiplos os ensaios que visam colaborar na construção de uma cidade mais justa e que urge conhecer, discutir e divulgar, para fortalecer e replicar outras práticas e formas de

fazer. Em texto anterior (Raposo, 2016), questionando-me sobre quais as práticas que mais se aproximavam da luta pelo direito à cidade¹⁴, referi-me a três âmbitos que aqui sintetizo: (i) os programas públicos, de nível central ou municipal, direcionados para as áreas urbanas menos urbanizadas e que visam a sua qualificação ao nível material e imaterial, promovendo a interação entre os técnicos municipais, restantes atores e moradores¹⁵; (ii) os diferentes tipos de urbanismo alternativo ao sistema dominante, geralmente projetos de pequena escala, realizados com ou desencadeados pelos residentes, com equipas multidisciplinares que priorizam o reforço das identidades locais e da solidariedade e a qualificação do existente; e (iii) os projetos de arquitetura atentos às práticas locais de habitar e de construção, que se focam na discussão dos projetos com os atuais e futuros residentes ou utentes, recorrem a materiais locais, renováveis, ecológicos e baratos, bem como a energias alternativas, à sustentabilidade da construção e à adaptação aos usos e ao lugar, sem esquecer a qualidade plástica e a poética do espaço produzido.

Sager (2016) segue outra sistematização das formas de ‘planeamento ativista’ ou em oposição ao neoliberalismo, que cruza a afetação (ao poder público ou à sociedade civil e dentro ou fora do grupo alvo) e o nível da ação (comunitária, estratégica ou relacional). O autor distingue e ilustra práticas de ‘planeamento radical’ e ‘iniciativas de alternativa crítica’, como exemplos de resistência ao neoliberalismo e de mitigação dos seus efeitos desestruturantes nos segmentos mais vulneráveis das populações urbanas. Ora, como alerta Cabral (2017), uma prática ativista progressiva requer uma capacidade de contínua mobilização, o que tem de ser construído sobre consensos e dissensos.

Sager não coloca a questão que norteia este artigo, de distinguir, entre as diversas formas de resistência ao sistema dominante, quais as que conduzem à ‘produção de um outro espaço’, palco de uma ‘vida urbana metamorfoseada’ que privilegie a propriedade comum e o valor de uso. Nesta indagação que norteia este artigo coloca-se a reflexão sobre o papel do arquiteto-urbanista neste processo. A este respeito, Harvey (2007/2000, p.279, 290) introduz a figura do ‘arquiteto insurgente’, com coragem mental e disposição para “dar um salto [...] especulativo para o desconhecido”, que entende como um sujeito ativo, com “ânsia de ação transformadora”, que “empurra conscientemente as possibi-

¹⁴ Referi-me a três dimensões do direito à cidade inscritos na abordagem de Lefebvre (1968): o acesso a uma habitação adequada e a serviços urbanos; o acesso a uma centralidade renovada regida pelo valor de uso; e o direito à Obra, à participação e apropriação.

¹⁵ Em Portugal, no novo milénio, destaca-se o Urban I e II, o PROQUAL, a Iniciativa Bairros Críticos, o BIP/ZIP, que constituem interessantes laboratórios experimentais de abordagem interativa, assentes na criação de estruturas executivas locais, focalizadas no lugar e no urbanismo de proximidade e na adaptação das ações aos problemas locais.

lidades humanas até aos seus limites”¹⁶. A relação dialética entre a transformação do mundo e a nossa própria transformação, que atravessa o pensamento de Harvey (2007/2000, 2012) e norteia o ponto sobre o papel da academia, que abordo de seguida, aproxima-se do argumento de Lefebvre (1974) de que só uma ‘sociedade outra’, que conceba um contra-plano e se transforme no ato mesmo da transformação do espaço, pode produzir um ‘outro espaço’. Este é assim, ao mesmo tempo, produto, instrumento e meio da transformação social.

4. O papel da academia na construção de uma outra cidade, mais inclusiva e democrática

“As universidades formaram-nos apenas para atuar no formal; [...] Há que repensar a academia na sua relação com a realidade e particularmente com a comunidade [...]. O mais importante é construir cidadania [...]. Deixar de fazer somente no referencial idílico que nos propõem as passarelas da arquitetura mundial: ‘dubaizar’ a arquitetura, não é o caminho; o nosso caminho tem que ‘barrializar’ a nossa arquitetura [...] e aí produzir com as pessoas e com os recursos que existem.” (Handel Guayasamín)¹⁷

Este excerto da entrevista ao arquiteto equatoriano Guayasamín ilustra a inquietação de profissionais e professores em arquitetura e urbanismo que, em várias partes do mundo, se questionam sobre o sentido da sua profissão e da formação que ministram e de como a colocar ao serviço da construção de um território e uma cidade mais justos como mostra nomeadamente a obra de Montaner e Muxí (2011). Esta questão não é de hoje. Desde meados da década de 1960, John Turner levou a discussão sobre a habitação, a autoconstrução, a reabilitação e o reconhecimento de *barrios* resultantes de ‘invasões’ populares, para as universidades onde lecionou, nos Estados Unidos (Massachusetts Institute of Technology) e em Londres (*Developing Planning Unit, University College of London*). O tema da autoconstrução levantou polémica entre os pares, nomeadamente de críticos marxistas, como Rod Burgess (1977), no seu artigo: “*Self-help*

housing: a new imperialist strategy? A critique of the Turner school”¹⁸, mas a abordagem de Turner continuou a inspirar debates e pesquisas académicas¹⁹. No Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, destaca-se o arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que levou para a Universidade a discussão de uma abordagem similar, ao nível da habitação popular e da ‘urbanização de favelas’, que implementou no bairro de Brás de Pina e que serviu de base para o já referido programa Favela Bairro.

Estas abordagens eram, todavia, minoritárias. Na década de 1960, como referiu Lefebvre (1974, p.476), o saber institucional da Universidade erguia-se “acima do vivido, como o Estado acima do quotidiano”, provocando convulsões sociais contra o capitalismo e a emergência de diversos movimentos estudantis, como a luta pela autogestão em Turim e Roma, em 1964, ou a luta pela democratização do ensino em Paris, que despoletou o Maio de 1968.

Também em Portugal, no início do ano letivo de 1968-69, os estudantes de arquitetura e professores das Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e do Porto (ESBAL e ESBAP), substituem as aulas por reuniões diárias conjuntas, ‘aulas magnas’, em que refletem sobre a situação do ensino e sobre a “função do arquiteto na sociedade, ao serviço das populações, e conseqüentemente sobre a orientação do ensino na formação desse outro arquiteto”. Reivindicam um novo sistema de ensino, mais crítico, autorreflexivo e experimental, assente no diálogo e na investigação, numa sociedade em profunda transformação (Moniz, 2010, p.68, 74). Este debate sobre a função social do arquiteto, particularmente aceso no Porto, contribuiu para a participação ativa da ESBAP e de (ex-)alunos da ESBAL, entre 1974 e 1975, no Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), um programa público de habitação, participativo e inovador, direcionado para os moradores dos então denominados ‘bairros de lata’. Traçado pelo arquiteto Nuno Portas, integrando as reflexões sobre o que de interessante se fazia neste domínio na Europa e na América Latina e implementado em contexto revolucionário, o SAAL tornou-se num importante laboratório de experimentação ao nível social, urbano e arquitetónico, uma espécie de escola prática de formação social do arquiteto, integrado em equipas interdisciplinares e em estreita interação com

¹⁶ Tradução pela autora a partir da edição espanhola *Espacios de Esperanza* da obra de Harvey (2007/2000) *Spaces of Hope*.

¹⁷ Arquiteto equatoriano, ex-Presidente do *Colegio de Arquitectos del Ecuador*, entrevistado na XX Bienal de Arquitectura de Quito em Novembro de 2016 por José T. Franco. Publicado a 21 Março 2017, na *Plataforma Arquitectura*. <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/867420/handel-guayasamin-la-universidad-es-inutil-para-actuar-en-procesos-con-los-pobres-y-eso-es-gravisimo> (consultado em Novembro de 2017)

¹⁸ Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1977.tb00710.x/abstract> (consultado em Dezembro de 2017).

¹⁹ Ver referência de Monique Rose (13 March 2017) “Towards an Autonomy of Housing – The Legacy of John F C Turner in Latin America and beyond: Event Review”. London: The Bartlett Development Planning Unit. <http://blogs.ucl.ac.uk/dpublog/2017/03/13/towards-autonomy-housing-legacy-john-f-c-turner-latin-america-beyond-event-review/> (consultado em Dezembro de 2017).

os moradores. O SAAL esboçou assim a ‘prática espacial’ de uma sociedade mais inclusiva, que se ensaiava nesses anos da revolução de Abril, mas foi abruptamente extinto em Outubro de 1976 por ordem ministerial, subjugado pela afirmação da sociedade capitalista dominante e da emergente democracia constitucional.

Desde então, configura-se a nível mundial uma ordem neoliberal assente no domínio da finança (e da finança-sombra), que se afirmou, segundo Louçã e Ash (2017, p.187-189, 235), pela criação de um sistema de crenças preparado por meio da aprendizagem social e do funcionamento das instituições de ensino, ao nível de programas académicos e projetos especiais, da atração de alunos estrangeiros, de fóruns internacionais e doutrinação. Como referem os autores (*id.*, p.236), “o poder sobre a educação é uma condição essencial para a disputa da hegemonia”. Chomsky (2014) fala da conversão das universidades em empresas desde a década de 1970, da multiplicação dos seus níveis burocráticos e do recurso a trabalho precário, como forma de maximizar o benefício e de garantir a disciplina e o controlo. Contrariamente à acumulação de conhecimento, este autor defende uma escola que promova programas imaginativos e criativos e desenvolva a capacidade de criar, descobrir, inovar, desafiar, colaborar, se auto-estimar e resolver problemas difíceis; e desafia o recurso “à retórica empresarial contra o assalto empresarial à universidade”.

É neste quadro que a academia, especificamente o ensino da arquitetura e do urbanismo, pode desempenhar um papel chave no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica de noções de referência como o Direito à Cidade e de processos e projetos em curso, na procura de respostas mais responsáveis, criativas, partilhadas e sustentáveis, de forma a contribuir para a construção coletiva de uma cidade mais inclusiva. No novo milénio, reemergem entidades, redes e programas didáticos de escala nacional ou internacional, mais ou menos institucionais, que colocam o combate às políticas urbanas neoliberais e a construção de alternativas no centro da sua atenção, dirigindo outro olhar para as margens do urbano. Como exemplos, entre muitos outros: os trabalhos promissores de investigação e extensão universitária em ocupações na periferia de Belo Horizonte, no Brasil, desenvolvidos pelo grupo PRAXIS, da Universidade Federal de Belo Horizonte (Nascimento, coord., 2016); e, a nível global, a International Network for Urban Research and Action (INURA) – representada em Portugal pelo Centro de Estudos Sociais de

Coimbra²⁰–, que reúne pessoas e grupos envolvidos em investigação e ação direta contra a desigualdade de direitos, sobretudo em contexto urbano e peri-urbano.

Em Portugal, as faculdades de arquitetura estiveram, desde a década de 1980, alheadas destas abordagens, sendo raros os professores que assumiram a reabilitação das margens do urbano como tema de reflexão e de projeto. Em contrapartida, manteve-se o interesse de alunos, particularmente de Erasmus, por este tipo de temas. A Trienal de Arquitetura de Lisboa de 2010, ao escolher o bairro do Alto da Cova da Moura como local para o concurso arquitetónico académico, contribuiu para uma mudança de olhar das faculdades de arquitetura sobre estas áreas urbanas marginais.

Na presente década, têm surgido pesquisas e didáticas de arquitetura e urbanismo direcionadas para a intervenção nas margens do urbano. São exemplo: o curso sobre “Territórios Colaborativos” conduzido pelo ISCTE, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa; a disciplina “Urbanização da Pobreza” lecionada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP); a iniciativa “Territórios Informais: Direitos Legitimidade e Cidadania”, por organização conjunta do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e da FAUP; o Laboratório de Habitação Básica, com a experiência concreta de reabilitação da Ilha da Bela Vista, no Porto; o projeto de investigação “Casas para um planeta pequeno”, promovido na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), ensaiando uma arquitetura sustentável em cidades do Sul; e, na mesma instituição, a disciplina de Qualificação de Subúrbios Habitacionais, os ciclos de debate e os projetos de investigação-ação conduzidos pelo Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual), do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), que cruzam a reflexão e a praxis sobre as margens do urbano na Área Metropolitana de Lisboa (AML) com a leitura das cidades da Lusotopia.

Estas diferentes iniciativas esboçam uma rede de intercâmbio entre escolas em torno desta temática que merece ser sedimentada, reforçando eventos e debates, fortalecendo a colaboração em vez da competitividade e seduzindo mais colegas para estes temas e territórios. Urge o reforço da investigação, da reflexão crítica coletiva e do ensaio de contra-projectos arquitetónicos e de contra-planos urbanos para áreas urbanas segregadas do centro e da periferia, antigas e recentes, bem como a promoção de trabalhos de

²⁰ <http://ces.uc.pt/pt/investigacao/redes-de-investigacao/inura>

extensão universitária nestas margens, dando-lhes maior credibilidade e visibilidade.

O Grupo de Estudos Gestual²¹ que coordeno, tem direcionado, desde a sua criação em 2007, o seu olhar, ao nível do ensino, da investigação e da ação ou extensão universitária, para as margens do urbano e outros territórios habitacionais em transformação, lidos no quadro da urbanização à escala global e numa perspetiva crítica e diacrónica. Três noções orientam a pesquisa-ação: a reflexividade, a produção social de conhecimento e a restituição dos resultados da investigação, não apenas à comunidade técnico-científica, mas também às comunidades dos territórios estudados. A interação estreita entre os investigadores e os atores do território, na linha de uma observação participante e do envolvimento prático, norteia o trabalho do grupo. Estas noções estão associadas a três direitos fundamentais: o direito à habitação, o direito ao lugar e o direito à cidade. Os projetos de pesquisa-ação conduzidos pelos membros do Gestual em cinco bairros da AML (Cova da Moura, Vertente Sul de Odivelas, 2 de Maio, Torre, Terras da Costa) visam a qualificação do território, a capacitação, o empoderamento, a promoção da transformação emancipadora local e a reflexão sobre os paradigmas de intervenção. Os processos em que se insere a ação do Gestual em cada um destes bairros são distintos – mais pontuais ou mais continuados, por iniciativa da sociedade civil ou das autarquias, com um envolvimento mais ativista ou mais técnico/académico – e os resultados alcançados também são distintos e mais ou menos promissores. Em todos eles se coloca a complexidade da relação com e entre os vários atores (residentes, associações, poder local, privados) e o confronto com as distintas racionalidades, interesses, estratégias, práticas e relações de poder, que configuram uma arena social. É sempre um processo de aprendizagem mútua e de transformação individual e coletiva. Fica a questão sem resposta, que requer uma avaliação partilhada, se a transformação que se opera em cada um de nós, com ‘ânsia de ação’, desencadeia a desejada transformação do espaço, expressão de uma “sociedade outra”, em construção.

Breves notas finais

Considerando a urbanização concentrada e limitada, uma característica estruturante da prática espacial da sociedade capitalista de crescimento e consumo ilimitado, e a explosão das

margens do urbano, não ou semi urbanizadas, particularmente expressivas nos países em desenvolvimento, uma consequência das políticas neoliberais, as intervenções no espaço urbano e nas suas margens expressam as contradições que emanam do sistema capitalista. O colapso financeiro de 2007-2008 veio agudizar as contradições desta urbanização planetária, bem como o confronto de duas posições antagónicas com clara expressão espacial: uma prática espacial neoliberal *versus* uma prática espacial emancipatória, articulada com os movimentos sociais urbanos e com os ensaios de construção de alternativas, ao nível de programas públicos, de formas de urbanismo ativista ou de projetos arquitetónicos inovadores e sustentáveis. Em reflexão anterior questionava se e quando esses ensaios contribuíam para o Direito à Cidade na ótica de Lefebvre, centrada no Direito à Obra, ou à participação na transformação do espaço. Neste texto, o foco da questão foi perceber quando esses ‘ensaios outros’ participam na produção de ‘outro espaço’, à escala local e global, expressão da construção de ‘outra sociedade’, de ‘vida quotidiana metamorfoseada’, em que os interessados são agentes principais da conceção de um contra-plano e da sua negociação, como praxis de democracia ‘real’ ou participativa. O desfiar numa perspetiva histórica das teorias e das praxis dos utópicos, ou dos críticos ao sistema hegemónico, estimula o pensamento crítico atual e devolve os campos mais significativos para a transformação do presente: a relação dialética entre a transformação do mundo e a nossa própria transformação, entre a transformação do espaço e a transformação social; da propriedade privada da terra à propriedade comum, à apropriação, e à gestão coletiva do espaço; do valor de troca ao valor de uso; a participação popular e a autoconstrução; da *tábula rasa* ao reconhecimento das malhas do urbano não ou semi-urbanizadas; da sua renovação à reabilitação e regularização fundiária; a distribuição de recursos a nível mundial e o investimento no rural e no habitat popular; e o papel dos movimentos sociais urbanos na resistência ao sistema hegemónico e no ensaio de ‘outro espaço’ e ‘outra sociedade’. Nestes campos se situa o debate sobre o papel do arquiteto-urbanista e a sua função social, das virtualidades do exercício *glamour*, à figura do profissional insurgente com ‘ânsia de transformação social’. Subjacente está o papel da academia na formação social do arquiteto reclamada pelos movimentos estudantis na década de 1970 e esquecida nas décadas posteriores, como resultado da ofensiva neoliberal visando a mercadori-

²¹ <http://www.gestual.fa.utl.pt/>

zação da academia nos vários campos disciplinares. No novo milénio, com o agravar da crise do sistema global financeiro, paralelamente à reemergência dos movimentos sociais urbanos que interagem em redes globais, voltam a afirmar-se os ensaios de outras formas de ensino e de produção do espaço. A sua consolidação requer o reforço: de ensaios outros em projetos urbanos e arquitetónicos; da atração de mais colegas para estes temas, abordagens e territórios; da reflexão académica e do pensamento crítico sobre estas temáticas; do trabalho de extensão universitária em áreas urbanas segregadas e da sua divulgação para lhes dar maior credibilidade e visibilidade; da avaliação coletiva das experiências em curso, ao nível local, nacional e transnacional; da articulação e interação dentro e entre escolas e com movimentos sociais urbanos, em redes de interconhecimento e ação e em alianças promotoras de diálogo, colaboração e reforço mútuo, visando o empoderamento de cada um e de todos. Esta outra forma de ensino para um outro arquiteto-urbanista, com ‘ânsia de ação’ na co-produção de um ‘outro espaço’, requer, a montante, a procura partilhada de novos programas, conteúdos e didáticas, mais interdisciplinares e interativos, mais abertos e flexíveis, mais críticos e solidários, dentro e fora da academia, mais imaginativos, criativos e integrando outros saberes, mais articulados com o território, os seus diversos atores e as comunidades e, em particular, com as áreas de exclusão. Este é o desafio utópico que aqui convoco de uma outra escola para um ‘outro espaço’ e uma outra cidade, expressão de uma ‘sociedade outra’, mais justa, democrática e colaborativa.

Referências Bibliográficas

- Bairoch, Paul (1985), *De Jerico à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*, Paris: Gallimard.
- Benevolo, Leonardo (1979 [1ª ed. it. 1963]), *Origenes del urbanismo moderno*, Madrid: H. Blume Ediciones.
- Bonillo, Jean-Lucien; Massu, Claude; Pinson, Daniel (eds.) (2006), *La modernité Critique autour du CIAM 9 d'Aix-en-Provence*, 1953, Marselha: Editions Imbernon.
- Burgess, Rod (1977), “Self-Help Housing: A new imperialist strategy? A critique of the turner SCHC”, *Antípode. A Radical Journal of Geography*, Vol 9, n.º 2, pp. 50-59.
- Cabral, João (2017), “Progress(es) in planning – theory and practice and the quest for activist modes”, *Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress (PHI 2017 – Progress(es) – Theories and Practices*, Bari.
- Castells, Manuel (1973), *Luttes urbaines et pouvoir politique*, Paris: Maspero.
- Chomsky, Noam (2014), “Noam Chomsky: El trabajo académico, el asalto neoliberal a las universidades y cómo debería ser la educación”. *Sciólogos | Blog de Actualidad y Sociología*. Disponível em: <http://ssociologos.com/2014/03/13/noam-chomsky-el-trabajo-academico-el-asalto-neoliberal-a-las-universidades-y-como-deberia-ser-la-educacion/>[Cons. 01/12/2017].
- Deboulet, Agnès (2017), “La dignité, un agenda encore lointain”, em *Urbanisme. Dossier Actualité du Bidonville*, Paris, pp. 24-25.
- Deboulet, Agnès (2016), “Introduction”, em Agnès Deboulet (dir.) *Repenser les quartiers précaires*, Paris: Agence Française de Développement, pp. 9-37. Disponível em: <https://www.afd.fr/fr/repenser-les-quartiers-precaires> [Cons. 01/12/2017].
- Fernandes, Edésio (2011), *Regularization of informal settlements in Latin América*, Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy.
- Granotier, Bernard (1980), *La planète des bidonvilles. Perspectives de l'explosion urbaine dans le Tiers Monde*, Paris: Seuil.
- Harvey, David (2012), *Rebel Cities. From the Right to the City to the Urban Revolution*, Londres e Nova Iorque: VERSO.
- Harvey, David (2007[1ª ed. ing. 2000]), *Espacios de esperanza*, Madrid: Akal.
- Howard, Ebenezer (1969), *Les cités jardins de demain*. Paris: Dunod (2ª ed. inglesa editada em 1946, *Garden Cities of To-morrow*. Londres: Swan Sonnenschein & Co, Ltd; 1ª ed. inglesa editada em 1902, atualizando o livro editado em 1898, com o título *To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform*).
- Le Corbusier (1957), *La Charte d'Athènes*, Paris: Les Éditions Minuit.
- Lefebvre, Henri (1974), *La Production de l'espace*, Paris: Éd. Anthropos.
- Lefebvre, Henri (1968), *Le Droit à la Ville I*, Paris: Éd. Anthropos.
- Louçã, Francisco; Ash, Michael (2017), *Sombras. A desordem Financeira na Era da Globalização*, Lisboa: Bertrand Editora.
- Moniz, Gonçalo C. (2010), “A formação social do arquiteto: Crise nos cursos de arquitetura, 1968-1969”, *Revista Crítica de Ciências*, n.º 91, pp.59-76.
- Montaner, Josep Maria; Muxí, Zaida (2011),

Arquitectura y política. Ensaïos para mundos alternativos, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.

- Nascimento, Denise M. (org.) (2016), *Saberes [auto]construídos*, Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária.

- Raposo, Isabel; Crespo, José Luís; Lages, Joana (2017), "Participatory approaches in the qualification of semiurbanised periurban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area", em Manuela Mendes, Teresa Sá, João Cabral (eds.), *Architecture and the Social Sciences Inter and Multidisciplinary Approaches between Society and Space*, Londres: Springer, pp. 151-176.

- Raposo, Isabel (2016), "Marginal urban areas: A new global Phenomenon needs new ways of thinking and intervening. Lisbon Metropolitan Area (Portugal)", em Ognen Marina e Alessandro Armando (eds.), *Inclusive/Exclusive cities*, Skopje: Sinergi Project / City of Skopje / Europe for Citizens Programme' of the European Union, pp. 68-92.

- Rolnik, Raquel (2017), *A Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo: Boitempo

- Ross, Philip; Cabannes, Yves (2014), *21st Century Garden Cities of To-morrow: A Manifesto*, Common Wealth Series: Hawthorn Press. Disponível em: www.Lulu.com [Cons. 01/05/2016].

- UN-Habitat For a Better Future (2016), *Slum Almanac 2015-2016. Tracking improvement in the lives of slum dwellers*, Nairobi: PSUP, UN-Habitat. Disponível em: <https://unhabitat.org/slum-almanac-2015-2016/> [Cons. 01/12/2017].

- UN-HABITAT (2003), *The challenge of slums. Global Report on Human Settlement 2003*, Londres e Sterling, VA: Earthscan and UN-Habitat.

- United Nations (2015). *The Millennium Development Goals Report*. Nova Iorque: United Nations.

- (Outono 2017). *Urbanisme. Dossier Actualité du Bidonville*. Paris. Disponível em: www.urbanisme.fr [Cons. 01/12/2017].